

SABER LOCAL E CULTURA CAIPIRA – AVALIAÇÃO NA ÓTICA DE ALGUNS “INTÉRPRETES DO BRASIL”

José Carlos Leite.

Universidade Federal de Mato Grosso. Departamento de Filosofia e Prog. Estudos Pós-Graduados Estudos de Cultura Contemporânea.

j.leite@uol.com.br

Apresentação

A comunicação visa abordar o saber-fazer dos grupos locais no âmbito da chamada cultura caipira e as avaliações que tal saber fazer recebeu de diferentes estudiosos desta cultura, notadamente Monteiro Lobato, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Guimarães Rosa.

Metodologia

Para compreender o saber-fazer ou o modo de estar no mundo do que se chamou - e ainda se chama - de cultura caipira foram utilizadas: a) referências bibliográficas, com foco nos autores nomeados acima; b) observações de campo propiciadas por projetos de pesquisa conduzidos pelo autor nos últimos 20 anos; c) e “memórias de vivência do autor” - que esteve por cerca de duas décadas (ou ainda está?) imerso na cultura caipira.

Desenvolvimento

O que se chama de cultura caipira?

É um modo de ser e de estar mundo adotado pela população interiorana, na área a que chamou de *Paulistânia*. É a região que foi povoada pelos colonizadores, feita a partir da São Paulo de Piratininga. Tais colonizadores, no processo de adentrarem nos “sertões do Brasil”, fizeram-no por meio de expedições denominadas Entradas e Bandeiras. Este processo deu-se também com a participação do índio e do negro – daquele, sobretudo. A área da chamada Paulistânia compreende, basicamente, a antiga Capitania de São Paulo e Mato Grosso e, hoje, engloba, os estados de São Paulo, Minas

Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Pode-se ainda considerar parte do Espírito Santo e Paraná, uma vez que as Entradas e Bandeiras também alcançaram estes estados espalhando também por eles um modo de ser e estar no mundo a que se denominou “caipira”.

Utiliza-se também o termo cultura (e sociedade) rústica. O termo *rústico* – tomado de Candido (1975) – é utilizado, conforme ele mesmo esclarece, não “como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe”. Enquanto rural exprime localização, o termo *rústico* busca dar conta de “um tipo social e cultural” e indicar “o que é no Brasil o universo das culturas tradicionais do homem do campo”; qual seja aquelas culturas que “resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígene” (CANDIDO, *op cit*, 21). Assim a cultura (e sociedade) rústica ou caipira tem a ver com hábitos, costumes e cosmovisão do homem interiorano, sobretudo, daquele das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (PERUTTI, 2012).

Quem foi (ou é) considerado caipira? Candido (1975, p. 79) fala de três estratos sociais no interior do país de onde teria emergido a cultura caipira.

- a) o *fazendeiro abastado* (mais inserido no mercado e que utiliza a mão de obra externa para tocar sua propriedade);
- b) O *sitiente ou pequeno agricultor*: que pode ter uma propriedade tão grande quanto à do fazendeiro, mas que a opera de modo diferenciado – sua mão de obra é familiar;
- c) O *posseiro e o agregado* – vivem em uma situação econômica de muita instabilidade, uma vez que não detém o controle da terra, estando pois a depender de terceiros, no que se refere onde se fixar.

Estes dois últimos segmentos da camada da estratificação econômica e social é quem detém a cultura caipira. O primeiro segmento pode até *participar* dos elementos da cultura caipira, mas são os dois últimos os que a *integram*, conforme Candido (*Op. Cit.*, p 79-80).

O caipira é, portanto, o povo mestiço que resulta, inicialmente, do contato do homem branco com o indígena e, mais tarde, também com o africano. Situava-se especialmente no campo, até o advento das médias e grandes cidades que se emergiram no século XX, sobretudo na sua segunda metade. No século citado, portanto, a cultura caipira adentra o espaço urbano; em tal espaço é modificada pelos processos que são próprios do mundo urbano, mas não desaparece de todo; apenas híbrida, mistura,

“contamina-se” com elementos próprios do mundo urbano industrial, tornando-a mais rica – por ser, agora, mais complexa, mais sofisticada; mas sem desfazer de todo de seu passado secular. E, no sentido inverso, também a cidade, ou os processos que são próprios do mundo citadino, adentra os espaços ditos rurais, modificando comportamentos ou modos de ser da cultura rústica. Assim, a cultura caipira esteve - e está (como é próprio de toda cultura) - em processo de se refazer, de se recriar, ao descartar e incorporar novos elementos, conforme demonstrou Candido em sua obra, hoje clássica, sobre a cultura caipira: *Os parceiros do Rio Bonito*.

Sob o olhar de alguns avaliadores da primeira metade do século XX - chamados também de “interpretes” do Brasil -, a cultura caipira é vista sob diferentes perspectivas. Há os que a desqualifica por completo, chegando mesmo a responsabilizá-la pelo “atraso” do país, como foi o caso de Monteiro Lobato. Já outros não tem a mesma postura que Lobato, conforme se verá.

Lobato produz sua obra num momento em que se inicia um processo de forte urbanização na região polarizada pela capital paulista e ela veicula um conjunto de novos valores que a burguesia industrial buscava afirmar no início do século XX. O saber do mundo urbano é exaltado e do homem do interior é desqualificado. E o veículo deste processo acabou por ser, na época, a literatura. Em 1818 Monteiro Lobato – um fazendeiro e escritor do Vale do Paraíba - escreve o livro *Urupês*. Na verdade é um conjunto de contos (14 ao todo); o ultimo dá o título à obra. Nela é lançada a personagem *Jeca Tatu*, que passaria a alimentar o imaginário urbano sobre “o que” e “como” era o homem do interior. O *Jeca Tatu* coloniza o imaginário popular e passa a simbolizar o homem do interior, o caipira. Quem é o *Jeca Tatu*? “um sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso o recesso das grotas”. Como é poderosa a imagem que esta frase evoca. Esta certamente era a visão do fazendeiro que utiliza mão de obra de trabalhadores despossuídos em seu empreendimento rural.

O homem do interior foi chamado de “piolho da terra” por Lobato e foi descrito como um ser seminômade que se instala em qualquer pedaço de terra, faz o seu rancho de taipa com cobertura de sapé ou de folha de palmeira. Este ser que brota da terra “como um urupê de um dia para o outro” detinha uma técnica específica para o manejo da terra, herdada do indígena. Tal técnica tem no fogo um significativo apoio, pois uma vez derrubada ou desbastada a vegetação nesta era ateado fogo para que se processasse a limpeza da terra para o plantio.

Tal homem na verdade era vítima de um processo de exclusão, pois era expulso pelos donos - ou pretensos donos - das terras e migrava para áreas mais “desertas” e interioranas, abrindo aí novas frentes, novas ocupações. Este fato era condenado pelo olhar do fazendeiro, do homem sedentário, como era o caso do autor de *Urupés* que certamente demandava uma modalidade de mão de obra que o caboclo, o caipira não oferecia: especializada no trato com animais e disciplinada pela rotina da grande propriedade. O caboclo descrito por Lobato ainda era marcado por sua condição de nômade, já desde a época das Entradas de Bandeiras (séculos XVII e XVIII).

Mas há também intérpretes do Brasil, que reconhece os méritos das chamadas técnicas ou tecnologias que emanaram da cultura caipira como fez Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Monções*. Aí ele atribui ao saber-fazer tradicional a atual configuração geográfica brasileira, indicando que o saber indígena (um dos tributários da cultura caipira) quem possibilitou o sucesso das expedições que adentravam os sertões. Sabemos que foi por meio de expedições fluviais (conjugadas com as terrestres) que se alcançou os rios Cuiabá e Guaporé, fixando a população portuguesa e negra na fronteira do domínio espanhol, na região central da América do Sul. Para tais expedições foi fundamental a tecnologia (um saber-fazer ou técnica que incorpora a objetos) para se construir canoas leves. Estas eram fundamentais para se deslocar pelos rios e, quando necessário, ser transportadas aos ombros ou arrastadas para se alcançar mais facilmente rios pertencentes a outra bacia - como foi o caso do transcurso entre as bacias do Paraná e Paraguai, para se chegar a Cuiabá. Ora, o saber luzo, relacionado à construção de caravelas, de nada serviu para a interiorização em terras da colônia.

Assim, para alguns “intérpretes do Brasil” (que analisaram, sem preconceitos, os saberes gerados no chamado universo caipira) o “saber-fazer caipira” constituiu-se numa importante ferramenta para que grandes contingentes populacionais driblassem as vicissitudes apresentadas no processo de interiorização da população. Assim, o saber-fazer referido comporia aspectos daquilo que Gilberto Freyre (um dos intérpretes do Brasil que focou a cultura do homem do Nordeste do Brasil) chamou de “pequenos nadas” que fazem a diferença quando grupos culturais diferentes se relacionam.

Resultados alcançados

A comunicação intenta, portanto, dar conta de um deslocamento que se tem realizado no campo literário e também epistemológico ao tirar o foco dos “grandes feitos” e dirigi-lo para os “pequenos nadas” buscando ver as soluções que emergiram

nos espaços da cultura subalterna - a cultura caipira é aqui compreendida como cultura subalterna - e que possibilitou (assim como ainda possibilita) a inúmeros contingentes humanos atravessar a noite dos tempos no imenso interior brasileiro.

Talvez fosse mais adequado denominar, não *intérpretes do Brasil*, e sim *inventores do Brasil* os autores comentados acima – assim como outros que pensaram a cultura brasileira, de modo geral, e a caipira, de modo particular, e que são mencionados apenas nas referências que seguem. Pois mais do que interpretar - os autores comentados - inventaram ou fundaram um modo de ver, de olhar e mesmo de sentir o que se tem denominado de cultura caipira.

Referências

- Azevedo, R. A. B.; Silva, V. C. ; Leite, J. C.; Mendes, R. R.; Xavier, F. F.; Godoy, D. P. & Santos, L. A. A lógica dos sistemas agrários com um olhar sobre os quilombolas do Vale do Guaporé, Mato Grosso. Em: *Política, Ambiente e Diversidade Cultural: (VI Seminário do ICHS)*. Vitale Joanoni Neto (org.). Cuiabá: EdUFMT, 2007 (p. 147-179)
- Bandeira, M. L. D. (1988). *Território Negro em Espaço Banco – um estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense/CNPq.
- Burke, P. (2006). *Hibridismo Cultural*. Trad. L. S. Mendes. São Leopoldo-RS: Unisinos.
- Candido, A. (1975). *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- Ellis, M. (1985). As Bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL. v.1, t.1. p. 273-296.
- Cunha, M. C. (1990). A imagem do índio no século XVI. *Estudos Avançados*, 4 (10) (p. 91-110).
- Cunha. B. (2009). *Um tecelão ancestral – Guimarães Rosa e o Discurso Mítico*. Belo Horizonte: Annablume.
- Gruzinski. S. (2001) *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Cia das Letras.
- Holanda, S. B. . (1985a). *Monções*. Em: Holanda, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL., v.1, t.1. (p. 307-321)

----- A conquista da costa leste-oeste. In: Holanda, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985b. v.1, t.1. (p. 190-203).

Lacey, H. As sementes e o conhecimento que elas incorporam. Trad. Marcos B. de Oliveira. Em *São Paulo em Perspectiva*. 14(3), 2000 (p. 53-59).

Leite, J. C. Silva, V. C., Mendes, R. R. (2012). O saber mestiço dos afrodescendentes no Vale do Guaporé – Vila Bela, Mato Grosso – Brasil (no prelo).

Palhares-Burke, M. L. (2000). Ingleses no Brasil – um-quase manifesto. Em *Novo Mundo nos Trópicos* (Anais do Seminário Internacional). Fátima Quinta Org.. Recife: Fund. Gilberto Freyre.

Santos. B. S. (2010). Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Em Santos, B. S. e Menezes, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez. (p. 31-83).

Vilela, I. (2011) *Cantando a Própria História*. São Paulo: USP - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Tese e Doutorado).